FINANCIAMENTO PÚBLICO AO SETOR AUDIOVISUAL NA BAHIA – 2008 A 2018

André Ricardo Araujo Virgens[1]

Resumo: Este trabalho tem como objetivo promover reflexões sobre o perfil de financiamento público ao setor audiovisual da Bahia, trazendo reflexões parciais relacionadas com a pesquisa de doutorado do autor. Dividiremos este artigo em dois momentos: o primeiro apresentando os principais agentes envolvidos e os mecanismos de financiamento à cultura existentes no país com foco no setor audiovisual, e já delimitando aqueles que serão objeto de análise. E, o segundo, apresentando dados preliminares de pesquisa sobre o perfil de financiamento ao setor audiovisual no estado da Bahia, a partir de pesquisa envolvendo fontes de recursos de origem federal, estadual e municipal. A partir dos dados obtidos, perceberemos a centralidade do Fundo Setorial do Audiovisual e de recursos de fontes federais em detrimento de recursos locais – estaduais e municipais.

Palavras-chave: audiovisual, políticas públicas, políticas de comunicação e cultura, financiamento à cultura, cinema baiano.

INTRODUÇÃO

A partir do período da redemocratização, o Brasil foi constituindo importantes mecanismos de fomento e financiamento público ao setor cultural. Se temos com a criação do Ministério da Cultura em 1985 como importante marco da institucionalização das políticas públicas de cultural, ao observamos apenas o setor audiovisual (objeto deste artigo), podemos situar alguns marcos através da criação da Lei do Audiovisual (1993), da Agência Nacional de Cinema (2001), e do Fundo Setorial do Audiovisual (2006), apenas para citar alguns exemplos de abrangência nacional, aspecto que aprofundaremos no decorrer deste artigo.

Da mesma forma, governos locais também passaram a fortalecer seus mecanismos de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de políticas de

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da UFBA, e-mail: <andre.arauj@gmailcom>.

cultura, especialmente a partir da criação de órgãos específicos e de mecanismos de financiamento através de leis de incentivo fiscal e fundos perdidos, por exemplo.

Nesse contexto, este artigo tem como objetivo apresentar resultados preliminares sobre as políticas de fomento ao setor audiovisual no estado da Bahia, especialmente do ponto de vista dos seus mecanismos de financiamento, entre os anos de 2008 e 2018, envolvendo a sistematização de dados de mecanismos federais, estaduais e municipais com impacto no estado. Nosso esforço era o de abarcar três ciclos governamentais (2007-2010/ 2011-2012/ 2015-2018), mas como os dados consolidados de 2007 necessitavam de uma revisão, optamos por excluir este ano.

Do ponto de vista da formulação e da operação de políticas para o setor audiovisual, o país conta com duas instituições principais, em âmbito federal: a Secretaria do Audiovisual (SAV), órgão então vinculado ao Ministério da Cultura, que possui caráter executor; a Agência Nacional de Cinema (Ancine), que possui um duplo perfil: de regulação e fomento. Além do Conselho Superior de Cinema (CSC), que possui caráter formulador e fiscalizador.

Muito se discute sobre os sombreamentos e disputas que envolvem esses dois entes - SAV e Ancine. Mas, de forma geral, há um consenso entre diferentes pesquisadores que entendem a segunda enquanto braço que dialoga mais diretamente com práticas de mercado (inclusive pelo seu caráter de agência reguladora). Enquanto a primeira teria como corpus principal as áreas de formação, preservação, e fomento à linguagens/ produtos com menor apelo comercial.

Essa questão é apontada por Marcelo Ikeda, em seu livro "Cinema Brasileiro a partir da Retomada" no qual ele apresenta a SAV como

> responsável pela produção de curtas e médias-metragens, formação de mão-de-obra, difusão de filmes por meio de festivais de cinema no país, e preservação e restauração do acervo cinematográfico brasileiro. Ou seja, enquanto a Ancine passava a a ser responsável pelos aspectos industriais do setor cinematográfico, com vistas a uma ocupação de mercado, a SAV complementaria suas ação no que tange aspectos culturais (IKEDA, 2015).

Competências estas que teriam sido reforçadas através do Decreto nº 4.456/02, que definiu as atribuições dos dois órgãos em relação à aprovação e acompanhamento

de projetos autorizados para captação de recursos incentivados pela Lei Rouanet e pela Lei do Audiovisual. Divisão esta que, segundo Marcelo Ikeda (2015), serviu como baliza institucional para demarcar essa diferenciação de atuação.

Cabe à Ancine, também, gerir e fiscalizar os recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), criado em pela Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, e regulamentado pelo Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007. Segundo o Ministério da Cultura,

> O FSA, composto por recursos provenientes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), rendeu, nos últimos 10 anos, R$ 7,5 bilhões ao Estado brasileiro, dos quais somente R$ 3,5 bilhões foram repassados ao fundo. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2017)

Fica bastante evidente a centralidade que a Agência ocupa no campo do financiamento público ao setor, tendo em vista que ela é responsável pela gestão dos principais instrumentos de financiamento ao audiovisual brasileiro: Fundo Setorial do Audiovisual e Lei do Audiovisual. E, especialmente por centralizar a arrecadação e gestão desses mecanismos, percebemos que a própria Secretaria do Audiovisual tem lançado mão de "parcerias" diretas com a Ancine na viabilização de suas ações, especialmente a partir da utilização do FSA em suas últimas chamadas públicas.

Outra iniciativa que a Agência vinha adotando era o oferecimento de duas premiações: o Prêmio Adicional de Renda e o Prêmio Adicional de Qualidade. O primeiro voltado para obras com bom desempenho comercial; e o segundo, para filmes que tenham se destacado no circuito de festivais nacionais e internacionais. E a ideia era que os recursos desses prêmios fossem reinvestidos em novas obras. Mais recentemente, esses prêmios passaram a ser incorporados como duas linhas do FSA.

Outros mecanismos existentes são os Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (Funcines). Conforme sintetiza Andréa Cassinelli (2012), esse dispositivo “permite a constituição de fundos que podem investir na produção cinematográfica e audiovisual brasileira ou em qualquer empreendimento associado à cadeia cinematográfica”. Esses fundos poderiam ser aplicados na construção de salas, projeto de infraestrutura (construção de estúdios de filmagem, por exemplo),

comercialização e distribuição, dentre outros. A peculiaridade desses fundos é que seus investidores podem lançar mão do mecanismo de renúncia fiscal (de 100%, assim com a Lei do Audiovisual). E devem ser geridos por instituições financeiras cadastradas no Banco Central, e também são acompanhados pela Ancine.

Apesar de citadas acima, também não serão tratados aqui dispositivos desenvolvidos por instituições financeiras, como linhas de crédito desenvolvidas por bancos nacionais (como o BNDES ou o BNB) e agencias de desenvolvimento locais (como o Desenbahia), pois acreditamos que esses mecanismos exigem uma análise específica.

Saindo do âmbito federal e partindo pro âmbito estadual, temos na Secretaria de Cultura (Secult), através da Diretoria de Audiovisual da Fundação Cultural do Estado da Bahia (Dimas/Funceb) seu principal agente de fomento. Essa diretoria foi criada em 1974, com o nome de Diretoria da Imagem e Som, e atualmente é a responsável por gerir editais setoriais de audiovisual lançados pela Secult/BA, além de gerir duas salas de exibição públicas e manter a Cinemateca da Bahia, criada em 2018.

Pode-se afirmar também que o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), através da TV Educativa da Bahia (TVE) também vem ocupando um importante lugar no fomento ao setor na Bahia, especialmente em relação ao licenciamento de conteúdos televisivos financiados via Fundo Setorial do Audiovisual.

Nesse contexto, os principais mecanismos de financiamento existentes no estado são o Fundo de Cultura do Estado da Bahia (fundo perdido), Fazcultura (renúncia fiscal), e o Calendário das Artes (prêmio para pequenos projetos). Todos vinculados à Secretaria de Cultura.

E, em âmbito municipal, no período estudado encontramos iniciativas de financiamento direto apenas na capital, Salvador. Entretanto, a cidade ainda apresenta uma estrutura de fomento relativamente pequena. A responsabilidade por gerir as políticas locais é da Fundação Gregório de Mattos, órgão vinculado à Secretaria de Cultura e Turismo do município.

Nesse contexto, enumeramos três modalidades de editais municipais: os editais Arte em Toda Parte e Arte Todo Dia (voltados para financiamento de produtos/ projetos culturais em geral) e Arte na TV (com foco em produtos televisivos/ cinematográficos),

além de uma Lei de Incentivo Fiscal denominada "Viva Cultura", criada apenas em 2017.

A tabela a seguir sintetiza todos os mecanismos de financiamento citados anteriormente:

Tabela 01 – Fontes de financiamento ao setor audiovisual na Bahia

Financiamento ao audiovisual na Bahia - Potenciais fontes de receitas		
Tipo	**Mecanismo**	**Ente responsável**
a) Convênios[2]	Aporte direto	Ministério da Cultura
b) Leis de Incentivo Fiscal	Lei Rouanet	Ministério da Cultura (Secretária do Audiovisual)
	Lei do Audiovisual	Ancine
	Fazcultura	Secult-BA
	Viva Cultura	Secult - Salvador
c) Fundos Públicos	Fundo Setorial do Audiovisual (FSA)	Ancine
	Fundo Nacional de Cultura (Editais SAV e aportes diretos)	Ministério da Cultura (Secretária do Audiovisual)
	Fundo de Cultura do Estado da Bahia	Secult-BA
	Arte em Toda Parte	Fundação Gregório de Mattos
	Arte Todo Dia	Fundação Gregório de Mattos
	Arte na TV	Fundação Gregório de Mattos
d) Prêmios	Calendário das Artes/ Calendário das Artes	Fundação Cultural do Estado da Bahia (Secult-BA)
	Cultura Viva/ Pontos de Cultura	Minc/Secult-BA
	Microprojetos Semi-Árido	Minc/Secult-BA
	Microprojetos São Francisco	Minc
	Prêmio Adicional de Renda/ Prêmio Adicional de Qualidade (PAR/PAQ)	Ancine
e) Linhas de crédito	Cinema Perto de Você	Ancine/ Caixa
	Cinema nas Cidades	Ancine/ Caixa
	BNDES Procult	BNDES
f) Fundos de investimento (Funcine)		
g) Outros	Cine Mais Cultura	Minc/Secult-BA
	Cine Mais Educação	Minc/MEC
h) Patrocínios		

Fonte: Elaboração própria

[2] Entendemos que outros Ministérios também possam financiar o setor audiovisual, mas nos detivemos na busca de informações no Ministério da Cultura.

A partir dessa sistematização, listamos abaixo os mecanismos que fazem parte do escopo dessa pesquisa, e que tiveram dados sobre seu funcionamento entre 2008 e 2018 coletados:

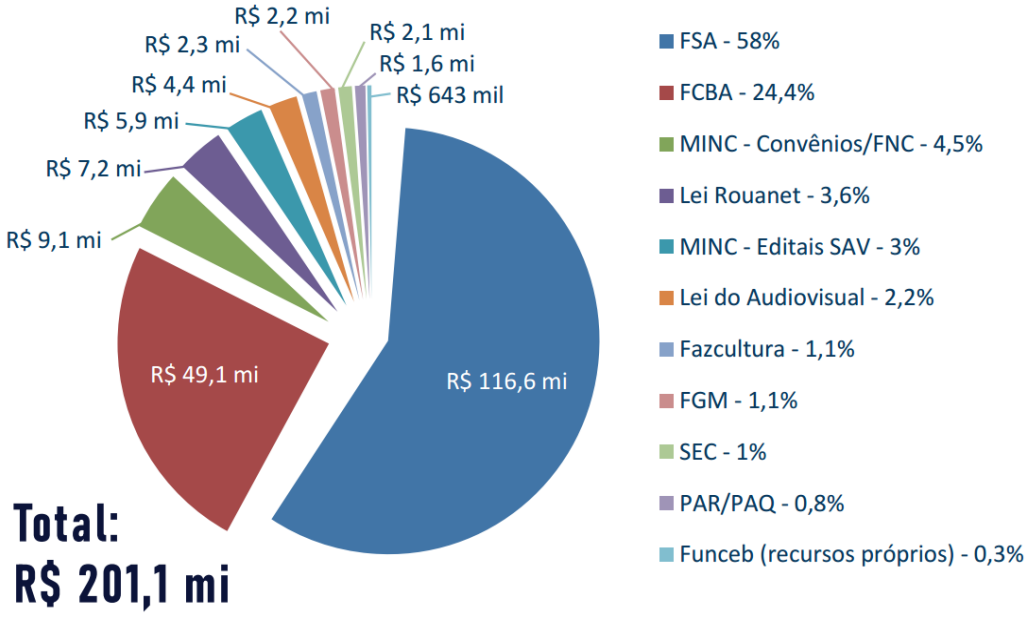
a) Arte em Toda Parte (FGM)
b) Arte Todo Dia (FGM)
c) Arte na TV (FGM)
d) Fundo da Cultura do Estado da Bahia - FCBA
e) Calendário das Artes/ recursos próprios Funceb
f) Editais – SAV/Minc
g) Lei do Audiovisual
h) Lei Rouanet
i) Convênios – Minc
j) Fundo Setorial do Audiovisual
k) Prêmio Adicional de Renda/ Prêmio Adicional de Qualidade (PAR/PAQ)

Esta análise parcial se deu por uma opção de apenas incluir resultados de fontes de financiamento que já tivessem tido seus dados completamente consolidados pela pesquisa. Os Funcines não chegaram a ser investigados em profundidade, mas nosso levantamento preliminar aponta que que esse mecanismo não foi acessado por nenhuma empresa produtora baiana nesse intervalo de tempo. E, quando ao Fundo Setorial do Audiovisual, vale mencionar que analisamos, parcialmente, o ano de 2018, sem os resultados de novas linhas lançadas naquele ano – incluindo o Programa Audiovisual Gera Futuro. Preferimos excluí-las da análise por duas razões: a primeira porque precisaríamos apresentar, de forma mais aprofundada, as mudanças de concepção sobre o papel do FSA a partir dessa revisão das linhas; e, a segunda, porque muitas dessas linhas tiveram resultados divulgados com grande atraso, e muitos projetos ainda se encontram na fila de contratação.

PERFIL DE FINANCIAMENTO PÚBLICO AO SETOR AUDIOVISUAL NA BAHIA

Para sistematização dos dados que serão apresentados a seguir, foram coletadas informações em relatórios de gestão, sites e sistemas utilizados pelos governos estadual e federal[3]; além de informações coletadas em Diários Oficiais da União, do Estado e do Município. Entretanto, vale reforçar que os montantes apresentados são do quantitativo "aprovado", levando em conta o ano de divulgação dos resultados das respectivas chamadas públicas. Em caso de convênios, levamos em consideração o ano de assinatura do mesmo, com devida divulgação em Diário Oficial da União. Assim, a tabela a seguir sistematiza os principais dados obtidos por nossa pesquisa, levando em conta os mecanismos de financiamento pesquisados:

Gráfico 01 - Financiamento ao setor audiovisual baiano - Fontes e Volume de Recursos – 2008 a 2018[4]



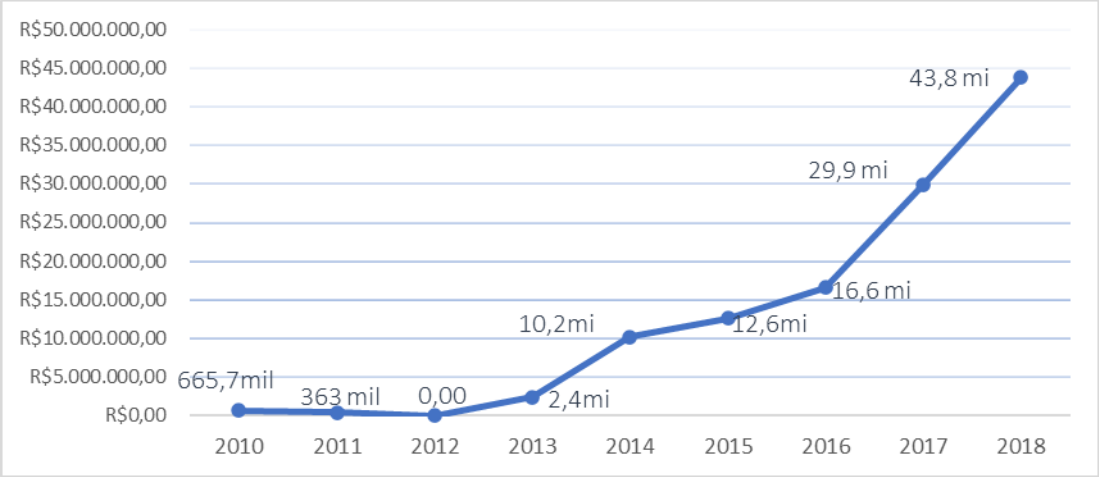
Fonte: *Araujo et al (2021)*

[3] Em âmbito estadual, acessamos o SIIC – Clique Fomento <http://siic.cultura.ba.gov.br/clique_fomento/>. E, em âmbito federal, dados do Observatório Brasileito do Cinema e do Audiovisual da Ancine <https://oca.ancine.gov.br> e Salicweb <http://versalic.cultura.gov.br/#/home>.

[4] Sobre os resultados apresentador, vale comentar sobre dois aspectos que podem trazer dúvidas. O primeiro é sobre a presença da Secretaria da Educação (SEC), que se encontra aí por conta da transferência do IRDEB para esta pasta em 2015. Assim, os valores acessados através do lançamento do edital do IRDEB em 2014, acabaram sendo pagos através dela. E quanto ao item "Minc – Convênios", mais de 60% do valor se refere a um convênio pontual entre o Ministério da Cultura e o IRDEB, para produção de conteúdos para a TV Brasil, no ano de 2008.

Em primeiro lugar, vale apontar a centralidade do Fundo Setorial do Audiovisual como fonte de recursos para o setor audiovisual baiano (58%), mesmo sendo um mecanismo que começou a ser acessado a partir de 2010, e com resultados mais expressivos para o estado a partir de 2014, conforme aponta a tabela a seguir:

Gráfico 02 – Acesso ao Fundo Setorial do Audiovisual



Fonte: *Araujo et al (2021)*

Essa centralidade, inicialmente, se dava pela importância da linha de arranjos regionais[5], e pela linha PRODAV 09, voltado para produção de conteúdos para TV's públicas. Entretanto, a partir de 2017, começamos a perceber uma mudança nesse perfil. As linhas mais acessadas passaram a ser o PRODAV 01 e o PRODAV 02, linhas que lidam diretamente com a produção de conteúdo para televisão, sem intermediação de agentes locais (são chamadas nacionais). Além dessas duas modalidades, também foram regularmente acessadas as linhas Prodecine 01 e Prodecine 05, além das linhas de arranjo regional.

Essa mudança de perfil de financiamento nos faz pensar numa hipótese em que o setor local estaria desenvolvendo maior capacidade na busca por recursos externos, para além da intermediação de agentes locais. Isso porque essas duas linhas demandam a

[5] Arranjos regionais é a modalidade na qual a Ancine/ FSA realiza convênios com estados e municípios, e no qual há uma divisão de valores para realização de chamadas públicas. No caso de estados/cidades das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a cada R$ 1,00 (um real) investido pelo ente local, o FSA complementa com mais R$ 2,00 (dois reais). Para os estados do Sul, MG e ES, essa proporção é de 1,5 para cada R$ 1,00 local. E para RJ e SP, a proporção é de 1 para 1.

existência de contratos prévios de pré-licenciamento com canais de televisão das obras a serem produzidas, o que garantiria uma janela de exibição para essas obras.

Por outro lado, a linhas menos acessada é aquela voltada para o elo da distribuição (Prodecine 03), o que aponta para um dos grandes nós do cinema brasileiro: a capacidade de produção crescente, mas a baixa capacidade de distribuição desses produtos. E, além disso, a existência de poucos agentes locais que lidem diretamente com o segmento da distribuição. A seguir, segue tabela de acesso ao Fundo Setorial do Audiovisual por linha:

Tabela 02 – Investimentos via FSA – por linha

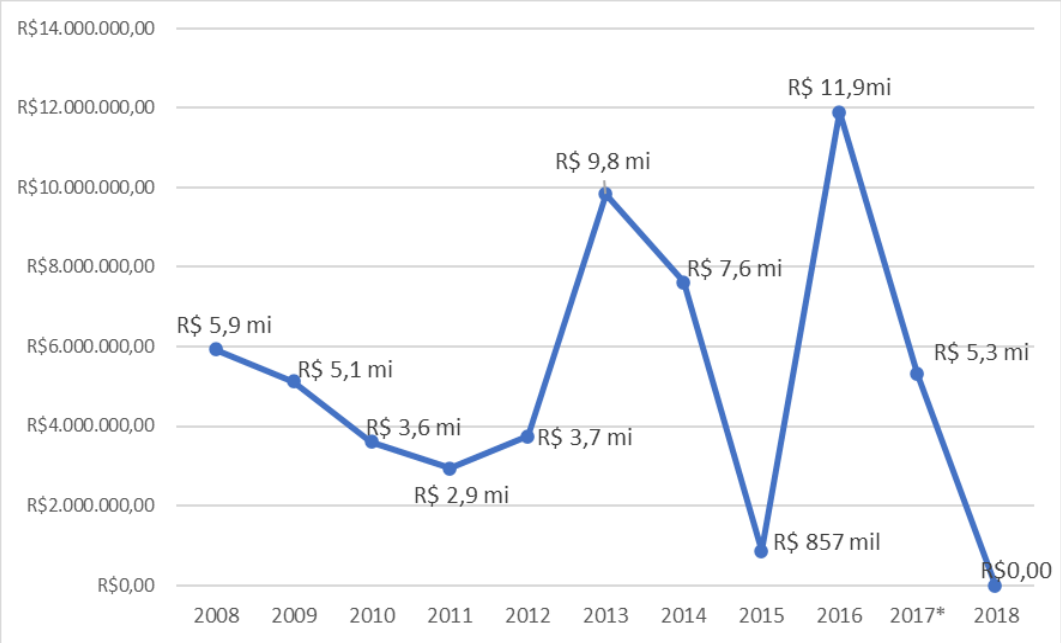
Linhas	Objetivo da linha	Valor investido em obras baianas	Qtde de obras
Prodecine 01	Produção de longas para cinema	R$7,6 mi	9
Prodecine 02	Produção de longas para cinema (inscrições feitas por distribuidora)	R$4,4 mi	3
Prodecine 03	Distribuição/ Comercialização	R$200 mil	2
Prodecine 04	Complementação de recursos para longas	R$2,5 mi	3
Prodecine 05	Produção de longas para cinema (com perfil de experimentação artística)	R$8,8 mi	6
Prodav 01	Produção de conteúdos para TV (séries e telefilmes)	R$37,9 mi	42
Prodav 02	Financiamento de propostas de programação submetidas por canais de TV	R$19 mi	48
Prodav 03 e 13	Núcleos Criativos (desenvolvimento de projetos)/ Renovação de Núcleos Criativos/ Desenvolvimento	R$6,9 mi	7
Prodav 04	Desenvolvimento de projetos	R$560 mil	7
Prodav 05	Desenvolvimento de projetos	R$2,7 mi	24
Prodav 06 e 07	Prêmios - Desempenho comercial e Desempenho Artístico	R$3,7 mi	9
Prodav 09	Produção de conteúdo ara TV's Públicas do Nordeste	R$6,8 mi	7
Coinvestimento (arranjos regionais)	Chamadas públicas realizadas em parceria entre o FSA e entes locais (estados e municípios)	R$14,5 mi	45
Total		R$116,6 mi	212

Fonte: *Araujo et al (2021)*

Ainda em âmbito federal, os editais da SAV não apresentaram grande êxito para produtoras/ realizadores baianos. Entretanto, vale mencionar a primeira edição do edital "Curta Afirmativo", que buscou incentivar a produção de curtas-metragens por diretores/as negros/as. Nesse edital, a Bahia foi um dos estados com maior número de contemplados, 11 no total, representando um investimento de pouco mais de R$ 700 mil.

Já em âmbito estadual, o Fundo de Cultura do Estado da Bahia (FCBA) surge como o segundo mais importante mecanismo de financiamento ao setor (24,4%). Entre 2008 e 2010, foram realizadas chamadas públicas fragmentadas, cada uma com uma finalidade diferente: produção de longas, desenvolvimento de roteiros, festivais, etc. Em 2011, uma chamada geral para todas as áreas artísticas, intitulada "demanda espontânea". Mas, a partir de 2012, eles foram agrupados em torno de um único edital setorial para o audiovisual. Os resultados encontram-se sistematizados a seguir:

Gráfico 03 - Investimentos via Fundo de Cultura do Estado da Bahia (2008 a 2016)



Fonte: *Araujo et al (2021)*

No gráfico 03 encontram-se resultados referentes tanto a projetos dos chamados editais "setoriais" específicos de audiovisual, como também projetos contemplados em outros editais setoriais (musica, arquivos, dança etc) que tenham o audiovisual como

objeto central. Por exemplo, a produção do filme DocTranChan, documentário sobre o grupo TranChan, que foi contemplado em edital setorial de dança.

Em relação ao FCBA, vale ressaltar os dois momentos de "queda" apresentados no gráfico. No ano de 2015, a queda brusca se deu por conta do lançamento do edital chamado "Agitação Cultural", que trouxe uma mudança de foco da Secult-BA para o apoio a eventos/ atividades que dinamizassem espaços culturais. Atividades/ produtos que não se enquadrassem nesse perfil de apoio, além de produções inéditas, tinham dificuldade em se enquadrar neste edital. E, no ano de 2018, não foram lançados editais. Vale comentar, também que, em 2017 não houve editais públicos, e sim a contratação de projetos suplentes da seleção realizada em 2016. Ou seja, a gestão da Secretaria de Cultura entre 2015-2018 foi marcada por uma grande descontinuidade nas políticas de financiamento que vinham sendo adotadas anteriormente.

Apesar da baixa participação quantitativa, também reforçamos a importância do Calendário das Artes – que aparece no gráfico 01 na categoria Funceb (recursos próprios), enquanto mecanismo voltado para produções de pequeno porte, e para produtores/as com menos experiência, sendo bastante característico dessa linha o apoio a produções estudantis, de pontos de cultura e de locais com menor acesso a meios de produção artístico-culturais.

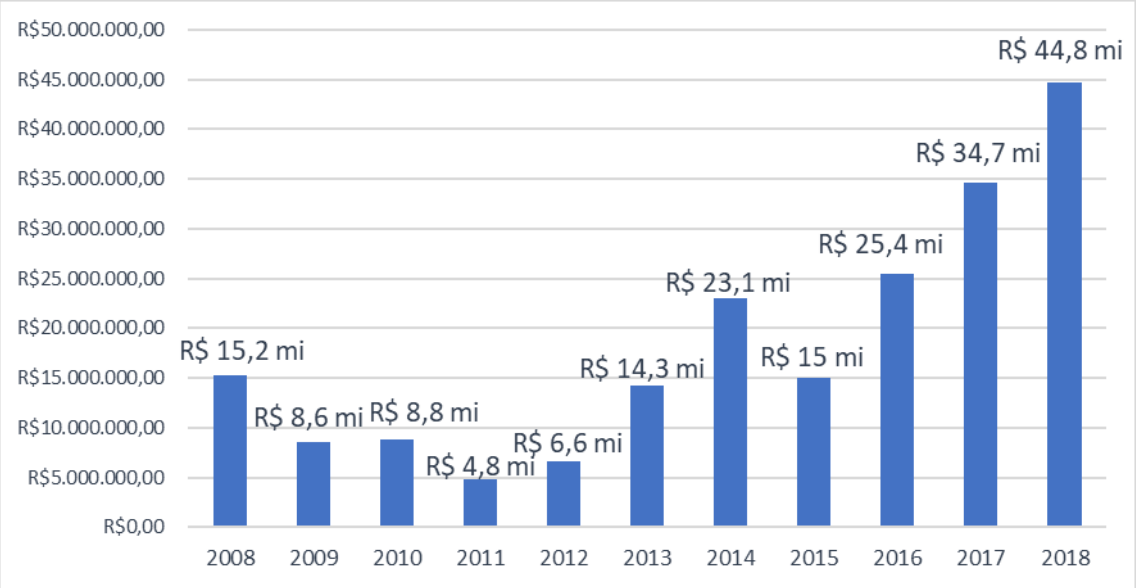
Por outro lado, percebemos que mecanismos de renúncia fiscal são menos acessados pelo setor audiovisual baiano, ainda reflexo da concentração de recursos provenientes desses mecanismos no eixo Rio-São Paulo, conforme apontado por Paiva Neto (2017, p38). A Lei Rouanet (3,6%) tem sido mais acessada por projetos da área de formação, realizados especialmente por instituições do terceiro setor, e festivais de cinema; e a Lei do Audiovisual (2,2%) é acessada por produções de longa-metragem, mas o valor mais alto já captado em um único ano foi em 2009, quando acessou-se R$ 1,4 mi.

Outra ausência bastante significativa é a da prefeitura municipal do Salvador, que teve resultados contabilizados apenas a partir de 2013. Nesse ano, a Fundação Gregório de Mattos (FGM) lançou o edital "Arte em Toda Parte", voltado para suporte a projetos de diferentes expressões artísticas, incluindo audiovisual. Mas, em 2014, a FGM lançou um edital específico para o campo audiovisual, chamado "Arte na TV",

fruto de arranjo regional com a Ancine/FSA. Na ocasião, foram aportados cerca de R$ 660 mil do município, e 1,32 mi do FSA. Assim, ao mesmo tempo que é interessante perceber um avanço nessas políticas em âmbito municipal, por outro lado esses investimentos ainda não foram suficientes para demarcar uma posição significativa do ente municipal em relação ao volume total aportado ao setor.

Por fim, acreditamos ser relevante, também, apresentar outros dois aspectos sistematizados pela pesquisa. O primeiro se refere ao montante aportado por ano, somando-se todas as linhas:

Gráfico 04 - Investimento por Ano

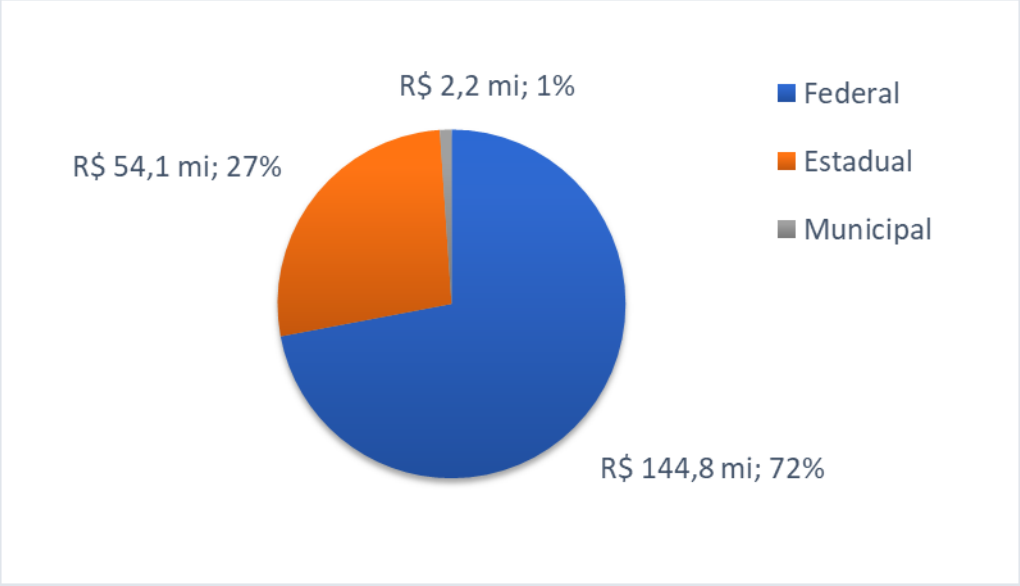


Fonte: *Araujo et al (2021)*

Ao analisarmos o gráfico, mesmo com a queda ocorrida em 2015, percebemos que, desde 2013, os patamares de investimentos vinham alcançado volumes significativos, ficando sempre acima de R$14 mi por ano. E com forte tendência de alta entre 2016 e 2018, apesar dos baixos investimentos estaduais nesses anos.

E, sobre os recursos divididos por ente no intervalo de tempo pesquisado, chegamos à conclusão de que há uma forte participação de fontes federais, atingindo o montante de 70%, conforme representado no gráfico a seguir:

Gráfico 05: Investimentos por natureza dos entes



Fonte: *Araujo et al (2021)*

Esse resultado apresenta ao setor um outro desafio: apesar do crescimento significativo de investimentos, ele se deu, basicamente, por conta de acesso a um mecanismo: o FSA. Assim, a perspectiva de descontinuidade das políticas federais coloca ao audiovisual baiano o desafio de diversificação de fontes de financiamento, inclusive pelo fortalecimento de agentes locais no fomento ao setor.

CONCLUSÕES INICIAIS E DESDOBRAMENTOS

A partir dos resultados apresentados, fica evidente o papel central que 02 mecanismos possuem no fomento ao setor audiovisual na Bahia (Fundo Setorial do Audiovisual e Fundo de Cultura do Estado da Bahia), respondendo por 82,4% do montante investido entre 2008 e 2018.

Especialmente num contexto de descontinuidade e desconstrução de políticas públicas de cultura em âmbito federal, acreditamos que se torna ainda mais importante que haja um protagonismo de entes locais – estaduais e municipais para evitar um "apagão" no desenvolvimento do setor. Em âmbito estadual esse protagonismo já foi

mais efetivo, mas a descontinuidade de mecanismos como o FCBA tem reduzido essa participação.

Assim como acreditamos que é necessário que agentes municipais ampliem sua participação nesse universo, algo ainda restrito à capital (Salvador), e de forma bastante tímida. E também que se estimule o acesso aos mecanismos de renúncia fiscal, por mais que façamos críticas ao seu modelo atual e que enxerguemos a necessidade de sua revisão. Isso pensando que é necessária a diversificação de fontes de financiamento efetivamente acessadas pelo audiovisual baiano.

Além de complementar a pesquisa de dados de fontes de financiamento não apresentadas, acreditamos que outros pontos podem ser mais bem sintetizados. E, desde já, sinalizamos três pontos que gostaríamos de priorizar nos desdobramentos deste trabalho: a) necessidade de avaliação de investimentos por segmento produtivo; b) relação de investimentos entre capital x interior do estado; c) relação de investimentos da Bahia, comparando-se com outros estados do Nordeste e com o contexto nacional.

BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, André; SANTOS, Ana Beatriz dos; ASEVEDO, Everaldo; COSTA, Thaís. Audiovisual Baiano: pesquisa e análise de mercado (2008-2018). Salvador-BA. Disponível em: <www.audiovisualbaiano.com.br>. Acessado em 14 abr 2021.

BIZERRIL, Luiz (Org.) **Cartografia do Audiovisual Cearense**. Fortaleza: Dedo de Moça Editora e Comunicação LTDA, 2012.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura**: políticas culturais e seus desafios. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

CASSINELLI, Andréa. **Estruturação e Financiamento da Indústria Cinematográfica Brasileira**: a ambição de uma trajetória autossustentável. 103 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FREIRE, Alberto. O Financiamento como Recurso Fundamental das Políticas Culturais. In: RUBIM, Antonio A.C.; ROCHA, Renata. **Políticas culturais**. Salvador: EDUFBA, 2012.

GOMES, L. F. **Cinema nacional**: caminhos percorridos. São Paulo: Ed. USP, 2007.

IKEDA, Marcelo. **O Cinema Brasileiro a partir da Retomada**: aspectos econômicos e políticos. São Paulo: Summus, 2015.

MIGUEZ, Paulo; LOIOLA, Elisabeth (Org). **Diagnóstico da Rede do Audiovisual Baiano**. Salvador: Secretaria de Cultura, 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Comitê Gestor do Fundo Setorial do Audiovisual debate medidas para o setor. Matéria publicada em 17/11/2017. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/comite-gestor-do-fundo-setorial-do-audiovisual-debate-medidas-para-o-setor/10883>. Acessado em 22 ago 2018.

MORAIS, Katia Santos de. **Produção independente, mercados de televisão e a Política de Fomento ao Audiovisual no Brasil**. 2018. 301f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PAIVA NETO, Carlos Beyrodt. Modelo Federal de Financiamento e Fomento à Cultura. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; VASCONCELOS, Fernanda Pimenta. **Financiamento e Fomento à Cultura no Brasil: estados e Distrito Federal**. Salvador: EDUFBA, 2017.

SIMIS, Anita. **Estado e Cinema no Brasil**. São Paulo: Annablume, Fapesp, Itaú Cultural, 2ed, 2008.